

Documento incrimina Miguel Arraes

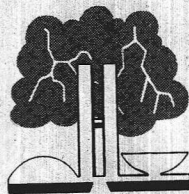
André Dusek/AE



Segundo relatório, Arraes teria pedido uma parte adiantada

Além do deputado, citado como solicitante de verba mensal de US\$ 30 mil, análise feita pela CPI aponta 41 parlamentares relacionados pela Odebrecht com diferentes graus de envolvimento

BRASÍLIA — A análise técnica feita pela CPI do Orçamento nos documentos apreendidos da empresa Norberto Odebrecht distingue em graus diferentes o envolvimento dos 41 parlamentares listados pela empreiteira. Por essa análise, a que o **Estado** teve acesso, a documentação registra parlamentares que, segundo a empresa, têm expectativa de ajuda eleitoral, e outros, com percentuais ao lado de seus nomes, indicando ganho financeiro pela ajuda na aprovação de obras específicas. Alguns desses parlamentares também estão citados na última relação enviada à CPI pelo economista José



Carlos Alves dos Santos. O deputado Miguel Arraes (PSB-PE) é apontado como solicitante de recursos para sua campanha eleitoral, com "orçamento mensal de despesa orçado em US\$ 30 mil, sendo que o parlamentar solicitou uma parte adiantada deste total". Arraes desmentiu. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), é citado como instrumento de "pressão política necessária face aos interesses regionais de salvar a obra da RFFSA". ACM foi procurado, mas se encontrava numa cerimônia em praça pública e não pôde comentar a referência a seu nome.

Segundo o relatório, a Odebrecht

relaciona 11 parlamentares na condição de pagos com percentuais das verbas destinadas às obras. Entre estes, estão os nomes dos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), e Waldomiro Lima (PDT-RS), entre outros.

A deputada Roseana Sarney, segundo agenda do diretor da Odebrecht Ailton Reis apreendida em sua residência, reuniu pelo menos uma vez em sua casa, no dia 18 de agosto deste ano, parlamentares e o representante da empreiteira, para discutir emendas ao Orçamento. A documentação isenta o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI. Cita-o como parlamentar que alimenta expectativa de receber apoio eleitoral.

Além do relator, constam sob especificação subjetiva um grupo de 14 políticos, entre os quais, o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão (PFL-PI), e o líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE).